

# INDÍGENAS XUKURU DO ORORUBÁ: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E MOBILIZAÇÕES POR DIREITOS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Brenda Martoni Mansur Corrêa da Costa\*

Edson Silva\*\*

## RESUMO

O povo Xukuru do Ororubá habita nos municípios de Pesqueira e Poção, no Semiárido pernambucano. Os indígenas dividem o território demarcado em três regiões geoclimáticas: a Serra, com fontes d'água na maior parte do tempo perenes; o Agreste, região seca, de altitude, solo pedregoso e onde missionários fundaram um aldeamento em fins do Século XVII; e a Ribeira, região extensa e bastante seca cortada pelo intermitente rio Ipojuca e se estendendo até próxima à fronteira com a Paraíba. Essa região também é chamada pelos indígenas a "Ribeira do Ipojuca", com a maioria das aldeias próximas ao longo do percurso do rio. O Semiárido historicamente vem sendo cenário de muitos conflitos pelos lugares onde existem as fontes de água. Nos chamados "brejos", no Ambiente das Caatingas, são áreas úmidas agricultáveis disputadas por invasores não indígenas. Os Brejos de Altitude, com matas serranas volumosas e há milênios densamente povoados e os Brejos de Pé de Serra áreas irrigadas por riachos, com as roças, fruteiras, a criação de bodes e galinhas que em excedentes abastecem as feiras dos centros urbanos. Buscaremos refletir sobre as relações de poder entre indígenas e invasores; as formas de acesso, as dimensões simbólicas e a utilização dos recursos naturais; os protagonismos dos indígenas para a afirmação identitária naquele ambiente no Semiárido pernambucano. Em um território indígena conquistado a partir das mobilizações por direitos e como espaço de reprodução sociocultural dos indígenas Xukuru do Ororubá, nas relações com os não indígenas e em meios aos processos históricos.

Palavras-chave: indígenas, mobilizações, território, Semiárido pernambucano.

## ABSTRACTO

El pueblo Xukuru de Ororubá vive en los municipios de Pesqueira y Poção, no en la región semiárida de Pernambuco. Los pueblos indígenas están divididos en territorios demarcados en tres regiones geoclimáticas: Serra, con fuentes de agua durante la mayor parte del período; el Agreste, comarca seca, serrana, sólo rocosa y donde los misioneros fundaron una aldea a finales del siglo XVII; y hasta Ribeira, una región extensa y muy seca con cortes intermitentes desde el río Ipojuca y que se extiende hasta la próxima frontera con Paraíba. Esta región también se llama los pelos indígenas en Ribeira do Ipojuca, como la mayoría de los pueblos que estarán a lo largo del río el próximo año. La región semiárida es históricamente vista como el centro de muchos conflictos, lugares donde hay muchas fuentes de agua. Nos llaman "brejos", no Medio Ambiente de las Caatingas, solo en áreas agrícolas remotas disputadas por invasores no indígenas. Los Brejos de Altitude, con voluminosos y densamente poblados matorrales serranos desde hace milenios en las zonas de los Brejos de Pé de Serra regadas por arroyos, con rocas, frutales y criaderos de cabras y pollos que abastecen en exceso dos núcleos urbanos. Buscaremos reflexionar sobre las relaciones de poder entre pueblos indígenas e invasores; formas de acceso, dimensiones simbólicas y uso de dos recursos naturales; Los dos protagonistas indígenas de una afirmación de identidad en el entorno no semiárido de Pernambuco. En un territorio indígena conquistado desde la movilización directa y como espacio de reproducción sociocultural de dos pueblos indígenas Xukuru de Ororubá, con relaciones no indígenas y en medios años de procesos históricos.

Palabras clave: pueblos indígenas, movilizaciones, territorio, región semiárida de Pernambuco.

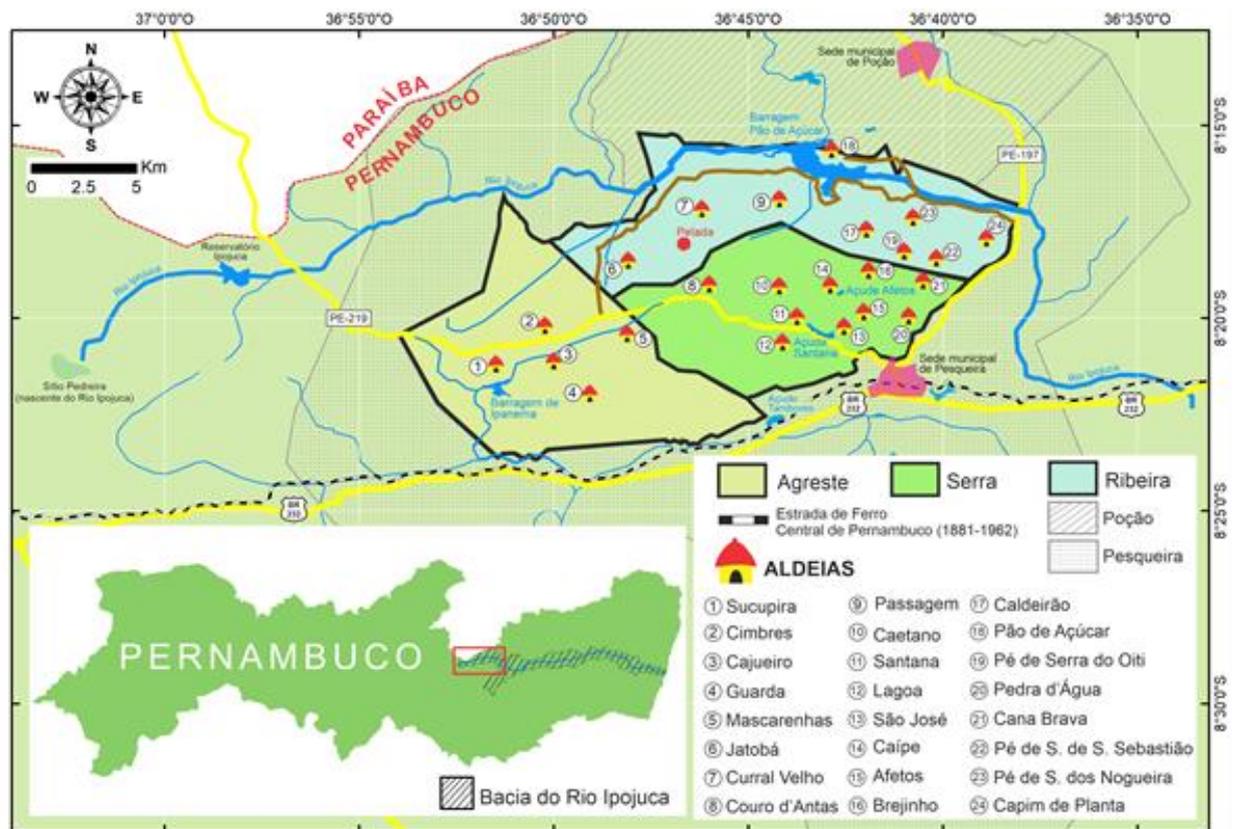
---

\*Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

\*\* Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

### Introdução

O povo Xukuru do Ororubá, são mais de 12 mil indígenas, habitando 27.555 hectares nos municípios de Pesqueira e Poção (BRASIL, 2010), distante 217 km do Recife, no Semiárido pernambucano, região com poucas chuvas, longas estiagens ou secas prolongadas. Em um mapa recente (2021) estão as três regiões geoclimáticas, como os indígenas dividiram o território demarcado: a Serra, mais povoada e próxima a zona urbana de Pesqueira. Região do Brejo de São José, com uma quantidade de fontes d'água na maior parte do tempo perenes; o Agreste, região seca, de altitude, predomínio de solo pedregoso e onde em 1669 missionários fundaram o Aldeamento do Orubá (atual Aldeia Vila de Cimbres); e a Ribeira, região extensa e bastante seca cortada pelo intermitente rio Ipojuca, sendo parte do Município de Poção tendo como limite o rio, e se estendendo até próxima à fronteira com a Paraíba. Essa região é também chamada pelos indígenas a “Ribeira do Ipojuca”, onde a maioria das aldeias estão localizadas próximas ao longo do percurso do rio. Como observado no mapa abaixo:



Fonte: SILVA; PINHEIRO FILHO, CUNHA, 2021

Buscaremos refletir sobre as relações de poder entre indígenas e invasores; as formas de acesso, as dimensões simbólicas e a utilização dos recursos naturais; os protagonismos dos indígenas para a afirmação identitária naquele ambiente no Semiárido pernambucano. Em um território indígena conquistado a partir das mobilizações por direitos e como espaço de

reprodução sociocultural dos indígenas Xukuru do Ororubá, nas relações com os não indígenas e em meios aos processos históricos.

### **Metodologia**

O estudo foi realizado a partir das leituras que discutiram o Ambiente Semiárido, estudos contribuindo para compreender a colonização naquela região do interior pernambucano e a legislação colonial sobre os indígenas. Referências bibliográficas discutindo o processo de esbulho das terras do antigo aldeamento acentuadamente no Século XIX, com o trabalho para os fazendeiros e a dispersão de indígenas. E ainda reflexões a partir de textos analisando a organização e mobilizações dos indígenas Xukuru do Ororubá na reivindicação e retomada do território invadido por fazendeiros e a agroindústria instalada no Século XX na região habitada pelos indígenas.

### **Referencial teórico**

Nossas reflexões foram baseadas numa perspectiva interdisciplinar nas discussões realizadas por Claude Raffestin (1993) sobre as relações de poder nas definições do território; na caracterização de “Brejo de Altitude” por José Vasconcelos Sobrinho (2005) e Jacimária Medeiros com Luiz Cestaro (2019); no conceito de territorialização definido pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (1999) enquanto um espaço de reorganização social vinculado ao passado; e a partir da abordagem de Donald Worster sobre a História Ambiental pensando a dimensão histórica das relações socioambientais.

### **Resultados e discussão**

Os povos indígenas no Nordeste, a maioria habitantes no Semiárido, desde as primeiras décadas do Século XX conquistaram considerável visibilidade sociopolítica nas mobilizações afirmando as identidades étnicas diferenciada e direitos específicos, sobretudo a demarcação das terras. Estas, no Semiárido, localizadas em regiões onde historicamente ocorreram conflitos violentos com colonizadores e invasores nas disputas pelos recursos naturais, as fontes de água, as terras disponíveis garantindo a vida para os humanos, animais e plantas.

A região do Semiárido brasileiro foi oficialmente definida com aquela onde chove uma média anual igual ou inferior a 800 mm, com um déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. E delimitada compreendendo estados do Nordeste, à exceção da fronteira do Piauí com o Maranhão e apenas dois municípios desse estado, incluindo ainda o Norte de Minas Gerais (TEIXEIRA, 2016). E também excluindo a região litorânea, como observado no mapa acima. O Semiárido brasileiro é considerado o mais habitado na Terra. Em grande parte, caracterizado pelo Bioma Caatinga, no Semiárido

ocorrem secas periódicas ou longas estiagens, com consideráveis impactos para os humanos, a fauna, a flora e o Ambiente.

O Semiárido historicamente é cenário de muitos conflitos. Ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água que garantem a vida para os humanos, animais e plantas. No Semiárido também encontramos um “sertão verde”, onde além das localidades próximas ao perene Rio São Francisco, existem os chamados “brejos”. Os brejos de altitude ou os brejos de pé de serra, áreas com matas serranas, são localidades dos chamados brejos de altitude, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. Assim, “Dentre as heterogeneidades de paisagens presentes no Nordeste brasileiro, os Brejos de Altitude, constituem-se como importantes ambientes naturais, com dinâmica diferenciada quanto ao comportamento dos elementos constituintes” (MEDEIROS; CESTARO, 2019, p.115).

Nesse sentido, observa-se que o conceito de Brejo de Altitude está apoiado nas abordagens morfoclimática, fitogeográfica e/ou sistêmica, sendo esta última aquela que recebe uma contribuição dada por esta pesquisa, quando a atualiza, inserindo o elemento humano, bem como pensando os elementos constituintes, a partir de uma visão de inter-dependência entre estes. Ressalta-se que são reconhecidos, 65 Brejos de Altitude nordestinos (MEDEIROS; CESTARO, 2019, p.115).

A colonização/ocupação portuguesa na região do atual Agreste/Semiárido pernambucano iniciou após meados do Século XVII, quando ocorreu uma grande pressão demográfica na região litorânea impulsionando a colonização para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar, uma gramínea bastante succulenta apreciada pelos bovinos. Multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, p.23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com invasões das terras indígenas.

Na colonização dos territórios indígenas, ocorreu um jogo de forças entre os múltiplos atores buscando impor suas projeções de território. A produção do território advém de um “sistema territorial” composto por “tessituras, nós e redes”. Uma “tessitura” que “exprime a área de exercício dos ou área de capacidade dos poderes” (RAFFESTIN, 1993, p. 154); poderes esses que se superpõem, interferindo ou não em outros poderes, dependendo do alcance de ação. Poderes como os econômicos, políticos, socioculturais cujas fronteiras estão em mudanças, de forma lenta ou acelerada, de acordo com o contexto sociohistórico vivenciado.

E nessa situação a territorialidade pensada como “a maneira pela qual as sociedades se satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto

de instrumentos também determinados, suas necessidades de energia e em informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). A territorialidade marcada por relações simétricas ou dessimétricas, “caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não”. Em síntese, a territorialidade pensada enquanto as relações dos humanos com o território considerado seu. Em outros termos, o sentimento de pertencimento a um determinado lugar, cuja identidade individual ou coletiva está relacionada ao espaço. O sentimento de territorialidade manifestando-se “em todas as escalas espaciais e sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Para a instalação das fazendas de gado no atual Agreste/Semiárido pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava sobre o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, p.35). Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, p.51-53).

Os missionários Oratorianos dedicavam-se ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, permitindo com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, p.63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

Como determinou a legislação portuguesa, com o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. A transformação das missões/aldeamentos em vilas por determinação foi justificada como um projeto para a civilização dos índios e a incorporação à cultura colonial portuguesa por meio, dentre outras medidas, que os lugares seriam nomeados com denominações de povoações portuguesas. Cimbres é um povoado no Distrito de Viseu, Norte de Portugal.

As vilas tinham uma administração civil em substituição aos missionários. Sendo proibidos aos índios falar a língua nativa, a nomeação apenas com nomes e sobrenomes portugueses. E com o estímulo oficial para os casamentos mistos, o incentivo para moradia nas novas vilas de colonos vindos de Portugal, favorecendo a mestiçagem e as invasões das terras indígenas. Nas terras das antigas missões transformadas em vilas de índios, onde como determinava o Diretório Pombalino se instalara arrendatários, ocupantes dos territórios

tradicionais indígenas. A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, reconhecendo outra vez os aldeamentos indígenas, mas desconsiderando nas terras o livre estabelecimento de não índios. Aos indígenas restavam pequenas glebas de terras e o trabalho como mão-de-obra para os fazendeiros (SILVA, OLIVEIRA, SANTOS JÚNIOR, 2018).

As vilas de índios passaram a ser oficialmente vilas sem índios, os moradores considerados pelos não indígenas mestiçados, foram chamados de caboclos. Amparados pela legislação, por regras que estabeleceram e com a omissão, conivência ou apoio das autoridades, os fazendeiros invasores se apossaram de grandes extensões de terras indígenas. E pouco a pouco por meio da ocupação de cargos públicos, impuseram o controle político hegemônico em Cimbres e adjacências, situação que se concretizou ao longo do século XIX. A Constituição de 1822 não tratou dos índios e até 1845 as províncias legislaram sobre a temática indígena, favorecendo arrendamentos e esbulhos de terras indígenas. Em 1845 o Governo Imperial por meio do “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas”. Estava revogada a legislação pombalina e reconhecidos as povoações indígenas existentes. Mas, foi instituída em cada província uma Diretoria Geral dos Índios, geralmente ocupada por um político fazendeiro, para administração das aldeias. Em Pernambuco ocuparam o cargo de Diretor Geral dos Índios senhores de engenho e latifundiários vinculados ao Partido Conservador (SILVA, 1995).

Em 1850 o Governo Imperial promulgou a Lei de Terras determinando o registro de propriedades em cartório. Após a Lei de Terras os fazendeiros e as autoridades provinciais solicitaram sistematicamente ao Governo Imperial a extinção do aldeamento de Cimbres. Os limites das terras do aldeamento foram objeto de uma longa discussão quando em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Índios chegaram a um acordo. Todavia, o conflito permaneceu, e aumentaram as pressões sobre o aldeamento de Cimbres. Um “Aviso” de 1863, enviado pelo Ministério da Agricultura, autorizou à Presidência da Província de Pernambuco o aforamento das terras indígenas (SILVA, 2017).

A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando que não existiam mais índios Xukuru e sim caboclos e da necessidade de expansão do Município, requeria continuamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Com a extinção do antigo foram favorecidos os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores das terras Xukuru, membros da oligarquia, local com consideráveis relações e influências na política provincial e nacional (SILVA, 2077).

Os indígenas Xukuru do Ororubá nas memórias orais relatam que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação da extinção do aldeamento de Cimbres, poucas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também posteriormente declarados oficialmente extintos. Dezenas de famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra que se dispersou por regiões vizinhas. Ora trabalhando nas fazendas em suas próprias terras invadidas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-teto, ocuparam as periferias dos centros urbanos próximos, em cidades no Agreste pernambucano como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes (SILVA, 2009).

Como a Serra do Ororubá está localizada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano, muitos indígenas também migraram para o Sertão daquele estado, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, foram trabalhar nas plantações da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, se estabelecendo nas cidades próximas a lavoura canavieira (SILVA, 2017).

Após a extinção oficial do aldeamento de Cimbres em fins do século XIX, na Serra do Ororubá muitos xukurus sem-terras passaram a morar “de favor” em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam nas lavouras que próximo as colheitas, eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os índios sem-terras era o chamado trabalho arrendado. Em suas memórias orais os Xukuru do Ororubá narram que eram grandes as pressões dos fazendeiros sobre aqueles com pequenos pedaços de terras, para arrendá-las, comprá-las ou tomá-las à força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas (SILVA, 2017).

Na atual região de Cimbres, onde foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa favoreceu a formação de brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, se inicia exatamente no município de Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca que corta o território dos indígenas Xukuru do Ororubá, estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção (PÔRTO; CABRAL; TABARELLI, 2004).

No Semiárido existem também os chamados “brejos”. Em meio ao conhecido Ambiente das Caatingas, as áreas úmidas agricultáveis historicamente são disputadas por

invasores não indígenas. Os Brejos de Altitude são áreas com matas serranas, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. E nos Brejos de Pé de Serra estão áreas agricultáveis, com as lavouras, a roça de feijão, milho, mandioca, hortaliças, fruteiras, a criação de bodes e galinhas para o consumo e os excedentes que abastecem as feiras de cidades vizinhas ou os centros urbanos maiores e até capitais nordestinas (VASCONCELOS SOBRINHO, 2005, p.163-164).

Nos brejos pernambucanos nascem riachos irrigando os sopés das serras e rios intermitentes correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. Na Serra do Ororubá, na região do “Agreste” nasce o Rio Ipanema que deságua no Rio São Francisco. E na vizinha Serra do Pau d’Arco estão as nascentes do Rio Ipojuca, ambos com águas somente após as chuvas e o Ipojuca irrigando os plantios na região da “Ribeira”, área mais seca no território indígena.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre ressaltada. No “Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi destacada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajú, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e os usos medicinais.

As referências sobre as plantas medicinais evidenciam a utilização tradicional pelos indígenas. O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e também aguardente. Enfatizando a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando escreveu: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citando ainda artigos produzidos pelos índios: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da Serra de Ororubá” (GALVÃO, 1908, p. 182).

No Semiárido pernambucano, os brejos são pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira e a região seca. Os brejos com matas de serras e cursos d'água, favorecem a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176). Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

No verbete “Cimbres”, encontrado no “Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco”, publicado em 1863, além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, o autor ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p.38)

Um exemplo para compreender a situação dos indígenas nesse contexto, foi a trajetória de vida de Gercino Balbino da Silva. Nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do Ororubá, conhecido por “Seu” Gercino, faleceu aos 83 anos em junho de 2007. Na época em que nasceu as terras do antigo aldeamento estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e senhores de engenhos, que nas áreas dos brejos plantavam cana para produção de cachaça e rapadura.

Os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado dos fazendeiros, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororubá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157).

Uma grande produção de leite era também contabilizada e exaltada pelos jornais no município de Pesqueira naquela época. Fartura para uns poucos, miséria para muitas famílias Xukuru. Um período difícil lembrado por “Seu” Gercino.<sup>1</sup> É época de muita fome, com muitas crianças mortas por desnutrição como evidenciados nos próprios dados oficiais disponíveis nos arquivos da Prefeitura de Pesqueira. O menino Gercino foi um dos sobreviventes. A opção para a família de Gercino assim como para muitas outras famílias

<sup>1</sup>A entrevista com “Seu” Gercino, na época com 80 anos, foi realizada em agosto/2004, na Aldeia Pedra d'Água. Território Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE (SILVA, 2017).

indígenas, era o chamado trabalho alugado. Sem terras para plantar e viver, os pais de Gercino foram morar em Sítio do Meio, também localizado na Serra do Ororubá, com os avós do menino que trabalhavam “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida árdua. Aos oito anos, como seus pais e avós, trabalhava no “cabo da enxada”, porém só recebia cinco tostões por dia. Era a metade de uma diária paga a um trabalhador adulto.

Como muitas famílias indígenas na Serra do Ororubá, além do trabalho alugado os familiares de Gercino eram moradores nas terras em mãos dos fazendeiros. Moravam “de favor” e plantavam roça: milho e feijão para a subsistência. Com o compromisso de plantar também o capim para o gado do invasor. Muitas vezes, mal dava tempo para colheita da lavoura plantada para o consumo. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça. O gado engordava, enquanto os indígenas viviam a fome.

Acompanhando os parentes índios xukurus o jovem Gercino migrou para “o sul”, como chamavam a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para trabalharem nos canaviais e nas usinas de cana-de-açúcar. Na esperança de retornar trazendo um pouco de dinheiro para os familiares como os mais idosos, mulheres, crianças e todos que não podiam ir para “o sul”. A falta de terras para trabalhar, provocava a migração em busca de trabalho em locais distantes de onde habitavam.

Os dados sobre óbitos na década de 1940 encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira evidenciam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também as mortes de pessoas adultas, a maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, trazem sobrenomes de conhecidas famílias indígenas habitantes nessas localidades, a exemplo de Bispo, Romão e Nascimento, em Cana Brava; Simplício, em São José.

Jornais registraram o aumento de pedintes na cidade de Pesqueira. E possivelmente muitos eram indígenas. Fome e mendicância para muitos, fartura e alegria para uns poucos. Situação evidenciada no trecho de uma reportagem: os campos tomateiros da firma Carlos de Brito S.A. (fábrica Peixe) em uma área de quase cinco mil hectares, com recorde de 60 milhões de quilos colhidos do tomate. O noticiário prosseguiu exaltando as qualidades do “Comendador” Manoel de Brito, o proprietário da “notável organização Peixe”, que, com um trabalho intensivo, a cada ano (SILVA, 2017).

A inauguração da estação ferroviária de Pesqueira em 1906, além de favorecer o transporte seguro de passageiros até Recife e cidades no trajeto, possibilitou o escoamento de produtos daquela região e o trânsito comercial com a Capital. A indústria de doces iniciada timidamente também no início daquela década, teve um grande impulso inclusive para compras de máquinas que ampliaram o parque fabril e a capacidade produtiva. Mas, com um custo socioambiental considerável impactando os Xukuru do Ororubá e o Ambiente na região. O desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água agravaram a situação em períodos de seca. Na Serra do Ororubá e áreas vizinhas, o gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. Os roçados de umas poucas famílias indígenas, os sítios, eram pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas. As matas úmidas características da Serra foram derrubadas. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois a cobertura vegetal de outrora continuavam a ser substituída por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956).

As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que trafegava de Pesqueira ao Recife, e mais “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p.12). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor com o crescimento da agroindústria e a criação de gado. A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14).

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Contudo, era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado principalmente na época das secas, como citou um pesquisador: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p.94).

As colheitas de frutas, tomates eram destinados a agroindústria de doces, conservas e os plantios capim a alimentar o gado para a produção de laticínios, nas várias fábricas como a Tigre, Paulo de Brito, Peixinho, Recreio, instaladas na área urbana de Pesqueira, sendo a Peixe e a Rosa as maiores. Todavia, os custos sociais do exaltado progresso eram socioambientais questionáveis. Nesse contexto, famílias indígenas na Serra foram forçadas a migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornara a situação

social muito grave na cidade. Não existiam emprego para todos nas fábricas. Ocorreu o surgimento de aglomerações na periferia, formadas, na maioria, pelas habitações do operariado. Dentre estes, muitos eram índios da Serra do Ororubá, que se concentravam no Bairro “Mandioca”.

### **Considerações Finais**

No final dos anos 1980 após a participação na campanha da Assembleia Nacional Constituinte, com a atuação marcante do Cacique “Xicão”, os Xukuru do Ororubá retomaram as mobilizações por direitos. Em novembro de 1990, os indígenas reocuparam a área da Pedra d’Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios. Afirmavam os índios que a Pedra d’Água era um local de rituais indígenas sagrados e estava sendo desmatada por posseiros. Motivados pelas conquistas na Constituição de 1988 e contando com o apoio de outros povos indígenas no Nordeste e de setores da sociedade civil, reocuparam áreas de várias fazendas até então nas mãos de posseiros.

O acirramento dos conflitos entre os “Xucurus” e fazendeiros que eram posseiros nas terras então reivindicadas pelos indígenas, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de extensas reportagens publicadas do Recife e do Sudeste. Enquanto os fazendeiros negavam a presença de índios “puros” ou a ocorrência dos conflitos, os Xukuru do Ororubá denunciavam as violências, a miséria e a fome em razão de terem suas terras invadidas por grandes criadores de gado (SILVA, 2017). Para impedir as mobilizações indígenas a mando dos fazendeiros o Cacique “Xicão” foi assassinado por um pistoleiro em 1998, e posteriormente, outras lideranças do povo Xukuru do Ororubá. Todavia, organizados e com o apoio da sociedade civil, os indígenas pressionaram as autoridades públicas para a demarcação do território indígena, ocorrida em maio de 2001.

Nesse contexto de mobilizações a territorialização definida sendo definida como um “processo de reorganização social”, onde uma das implicações é “a criação de um a nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de um a identidade étnica diferenciadora”, ocorrendo com a maioria dos povos indígena no Nordeste habitantes no Semiárido. E também “a constituição de mecanismos políticos especializados; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Sendo necessário ainda considerar os processos históricos e as relações socioambientais de indígenas no Semiárido pernambucano, a partir das reflexões da História Ambiental. Como escreveu Donald Worster (2003) a História Ambiental “lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana”, incorporando para as análises o aprofundamento de

compreensão através do tempo dos impactos mútuos. Uma vez que “A História Ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas, também reconhecer a historicidades dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, p. 97). Pensar as análises sobre os processos históricos vivenciados pelos indígenas no Semiárido pernambucano em diálogos com a História Ambiental, realizadas a partir das reflexões do historiador Donald Worster (2003) discutindo uma perspectiva agroecológica na História.

Enfim, pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano, pesquisando em meio aos processos históricos sobre as práticas agrícolas, formas e épocas do plantio, bem como conhecimentos sobre o domínio, acesso e uso do recursos naturais, seja pela coleta de frutos nativos, caçadas, utilização de plantas para confecção de remédios, adornos, uso ritual ou utensílios do cotidiano expressando afirmação identitárias, reivindicações territoriais em estreitas relações com o Ambiente do Semiárido onde habitam. São conhecimentos que evidenciam as relações entre os indígenas na História/a história indígena e a História Ambiental nessa região com registros milenares da ocupação humana.

A história dos Xukuru do Ororubá é, portanto, pautada por mobilizações pela afirmação, conquista e garantias de direitos nos diferentes cenários sociopolíticos, em diversos contextos sociohistóricos onde assumem o protagonismo enquanto um povo indígena no Nordeste (OLIVIVEIRA, 2004; 2011) e habitante no Agreste/Semiárido pernambucano. Sendo muito necessário refletir sobre essa trajetória histórica para compreendermos as reivindicações indígenas na atualidade.

### **Referências bibliográficas**

- ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. Recife, Edufpe, 1998.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário Chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco**. 2. ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa, Ideia, 1993.
- MEDEIROS, Jacimária Fonseca de; CESTARO, Luiz Antônio. As diferentes abordagens utilizadas para definir Brejos de Altitude, áreas de exceção do Nordeste brasileiro. **Sociedade e Território**. Natal, vol. 31, n. 2, p. 97–119, jul./dez. 2019.
- MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes**. Recife, SUDENE, 1980.

- OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João P. de. (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.
- OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance!** Movimento indígena no Nordeste. Recife: Fundaj, 2013.
- PADUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, 2010, vol.24, n.68, p 81-101.
- PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) **Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba**: História Natural, Ecologia e conservação. Brasília, MMA, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SETTE, Hilton. **Pesqueira**: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.
- SILVA, Edson; PINHEIRO FILHO, João Domingos; CUNHA, Maristela Casé. O Ipojuca, um rio na História no Semiárido brasileiro: caminhos de águas, de terra e de ferro. *In: Rios e histórias*: séculos XIX e XX. Manaus/AM 2021 (no prelo)
- SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no “Sertão verde”: mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. *In: O encolhimento das águas*: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido. Campina Grande/PB: INSA, 2018, p. 129-149.
- SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife, EDUFPE, 2017.
- SILVA, Edson. Os Xukuru e o "sul": migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. **Clio** (UFPE), v. 26.2, p. 215-244, 2009.
- SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado História).

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31 n. 3, setembro/dezembro 2016, p.769-797.

VASCONCELOS SOBRINHO, José de. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife: Condepe, 2005.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. 5 n.2, 2003, p.23-